

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Hellen Cristina Silva

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA APAE DE SÃO
GOTARDO**

São Gotardo

2022

Hellen Cristina Silva

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA APAE DE SÃO
GOTARDO**

Trabalho Monográfico apresentado à
Faculdade de Ciências Gerenciais de São
Gotardo, no curso de Pedagogia, como
requisito para conclusão de curso.

Orientadora: Daniela Nascimento Andrade
Queiroz

São Gotardo

2022

SILVA, Hellen Cristina.

A inclusão de alunos com deficiência física na APAE de São Gotardo./ Hellen Cristina Silva. — São Gotardo: Faculdade de Ciências Gerenciais de São Gotardo, 2022. 47 f.; 30 cm.

Trabalho Monográfico — Curso de Pedagogia
Orientadora: Daniela Nascimento Andrade Queiroz

1. Inclusão 2. APAE I. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Hellen Cristina Silva

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA APAE DE SÃO GOTARDO

Aprovado em: ____/____/____

Orientadora

Avaliador 1

Avaliador 2

Dedico este trabalho a Deus, aos meus familiares, amigos e colegas que, de alguma forma, me ajudaram a alcançar esta vitória, confiaram e acreditaram no meu potencial e apoiaram-me para que nunca desistisse do meu sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que, sem dúvidas, esteve comigo nessa caminhada percorrida até aqui. Ele me contemplou com muitas vitórias, mas, a maior delas, me dá a cada amanhecer: a graça de poder abrir os olhos e escrever mais uma página no livro da minha vida.

Agradeço à minha família que me apoiou e me incentivou a alcançar esse objetivo. Em especial ao meu pai, Pedro Oldair Silva; à minha mãe Flávia Aparecida dos Santos Silva; às minhas irmãs Kelly Bianca Aparecida Silva e Kenia Cristiellen Aparecida Silva; ao meu marido Renan Gustavo Xavier; e ao meu filho Isaac Silva Xavier. Vocês são minhas forças para continuar lutando.

Aos mestres que fizeram parte da minha formação profissional e humana. Em especial, à minha orientadora Daniela Andrade Queiroz Nascimento e ao professor da disciplina Trabalhos Acadêmicos – TCC, Leonardo Felice, os quais não mediram esforços para me ajudar. Aconselharam-me durante esse ano, tiveram paciência e olhar atencioso na escrita deste trabalho monográfico.

Agradeço ao corretor deste trabalho monográfico, Thiago Moura Camilo, que pôde me ajudar a concluir esta fase.

Às amigas que conquistei durante o curso. Agradeço às minhas amigas Bruna Cristina Bessa de Abreu, Lawanny Fernandes Ferreira e Nayara Josiane da Silva que, agora sim, vemos o nosso esforço, mas superamos as dificuldades. Agora é só sentirmos o prazer da vitória. Obrigada pelos momentos pelos quais passamos juntas.

Agora me resta a saudade e que, durante esses quatro anos, mesmo com as dificuldades e desafios, valeu a pena para chegar até aqui.

Todas as crianças podem aprender e se desenvolver... As mais sérias deficiências podem ser compensadas com o ensino apropriado, pois o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental. (*Levy Vygotsky*)

RESUMO

O objetivo do presente trabalho monográfico é avaliar o processo da educação inclusiva na instituição Associação de Pais e Amigos (APAE), de São Gotardo, e analisar a inclusão dos alunos com deficiência física. É possível perceber que a educação inclusiva passou por vários desafios até ter os direitos assegurados pelas leis. Atualmente as crianças com deficiência física são incluídas no ambiente escolar adequado, pois cada criança tem sua maneira diversificada de aprender. Porém, antes da Constituição Federal, não era assim. Vale ressaltar que as pessoas com deficiência física ainda sofrem preconceito devido às suas limitações e dificuldades. As comunidades escolares devem estar atentas às necessidades de cada aluno, não enfatizando a deficiência, mas procurando estratégias para superar os obstáculos que emergem no cotidiano escolar. Os professores da APAE, de São Gotardo, desempenham papel importante na orientação e no ensino adequado oferecido a crianças com deficiência física. Para atingir os objetivos, foram realizadas entrevistas presenciais com funcionários da instituição Associação de Pais e Amigos (APAE) de São Gotardo.

Palavras-chave: Inclusão; Deficiência Física; São Gotardo; Professor; APAE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Releitura da bandeira de São Gotardo	38
Imagem 2 - Atividade da primavera.....	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 APRESENTAÇÃO.....	15
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO.....	15
1.3 OBJETIVOS.....	15
1.3.1 Objetivo geral	15
1.3.2 Objetivos específicos	16
1.4 METODOLOGIA	16
1.5 ORGANIZAÇÃO TEXTUAL.....	16
1.6 PROPOSTA PARA NOVOS ESTUDOS.....	17
2 LEIS E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS SOBRE A INCLUSÃO	18
3 SURGIMENTO DA APAE EM SÃO GOTARDO	24
4 ANÁLISES ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS	28
4.1 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES À ENTREVISTA COM A DIRETORA... 28	
4.2 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES ÀS ENTREVISTAS COM AS PROFESSORAS DA APAE DE SÃO GOTARDO	32
4.3 CONSIDERAÇÕES REFERENTES ÀS ANÁLISES REALIZADAS	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42
ANEXO A – Atividades desenvolvidas pela professora 2	45
ANEXO B - Termo de Consentimento para gravação	46
ANEXO C – Roteiro para a entrevista com a diretora.....	47
ANEXO D – Roteiro para entrevista com as professoras	48

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, muito se tem discutido sobre Educação Inclusiva, ou seja, sobre os direitos das pessoas com deficiência no âmbito escolar, mas nem sempre houve esse olhar aprofundado sobre as necessidades das crianças com deficiência em estudar e ter direito à educação pública e gratuita. A Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, foi um divisor de águas no que se refere à inclusão, visto que assegura os serviços de Educação Especial, classes especiais.

A educação inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar conjuntamente e de maneira incondicional, nas classes do ensino comum, alunos ditos normais com alunos portadores ou não de deficiências que apresentem necessidades educacionais especiais. A inclusão beneficia a todos, uma vez que sadios sentimentos de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade podem se desenvolver.¹

No Dicionário da Língua Portuguesa, educação significa “orientação, aprendizado, instrução, conjunto de informações ou técnicas de ensino formal”². Já a palavra inclusiva significa “colocação como incluso (em) ou pertencente (a); enquadramento; inserção”³. Nesse sentido, educação inclusiva quer dizer que as crianças portadoras de necessidades especiais devem ser incluídas em todos os ambientes sociais e educacionais.

Com o objetivo de tornar a inclusão real, ela propõe que os currículos atendam às necessidades especiais, pois não adiantaria o agrupamento das crianças com deficiência na escola regular se não atendessem às suas verdadeiras necessidades.⁴

Segundo Maria Teresa Eglér Mantoan, em seu livro *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?*,

A escola se democratizou, abrindo-se para novos grupos sociais, mas não faz o mesmo em relação aos conhecimentos trazidos por esses grupos às salas de aula. Exclui, ainda, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino, barrando a possibilidade de diálogo entre lugares epistemológicos.⁵

¹ CARVALHO, Rosita Edler. Integração e Inclusão: do que estamos falando? In: Salto para o Futuro: **Educação Especial**: tendências atuais. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999. p. 38.

² CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário Escolar Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2017. p. 327.

³ Ibidem; p. 488.

⁴ CIRÍACO, Flávia Lima. Inclusão: um direito de todos. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 29, 4 de ago. 2020. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/29/inclusao-um-direito-de-todos>>. Acesso em: 10 out. 2022.

⁵ MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. p. 23

Para que realmente aconteça a inclusão de crianças com NEE (Necessidades Especiais Educacionais), cabe à direção e aos professores desenvolver um trabalho coletivo em busca da melhor forma de compartilhar o conhecimento, socializar e formar cidadãos capazes de atuar na sociedade. Os objetivos a serem alcançados entre os alunos com deficiência e os demais são os mesmos. Todavia as estratégias pedagógicas do docente devem ser flexíveis, semelhantes às de atender as especificidades das crianças que são portadoras de necessidades especiais.

Segundo Jairo de Paula:

A inclusão é o processo e, portanto, precisa de ações contínuas sendo realizadas a longo prazo.

A preparação e a capacidade dos educadores deverão ser feitas por via de ações políticas públicas, políticas educacionais, organizações de grupos de pessoas sob responsabilidade de cada cidadão. O educador moderno deve procurar ir se atualizando, aproximando-se desta realidade que é um fato mundial, visto que não será só na escola que isto está acontecendo como se fosse algo à parte. Precisamos mudar este olhar ingênuo. Precisamos modificar nossos valores para incluir esses seres humanos na nossa vida social, no nosso cotidiano.⁶

É lei e, simultaneamente, exigência a inclusão de crianças com deficiência, mas, para que aconteça de forma benéfica, faz-se necessária a compreensão da realidade, das dificuldades da inclusão no âmbito escolar e das potencialidades de cada aluno.

Paulo Freire apud Ana Keila e Waldir Ferreira enfatiza a necessidade de uma educação básica de qualidade como forma de inclusão. Para ele, a inclusão, “enquanto forma de flexibilizar a resposta educativa de modo a fornecer uma educação básica de qualidade a todos os alunos, tem sido apontada como uma solução para o problema da exclusão educacional”⁷.

Nesse sentido, a inclusão ainda passa por alguns desafios que precisam ser conhecidos para, assim, o docente vencer os obstáculos com metodologias eficazes.

Ao falar sobre a dificuldade na educação inclusiva, aponta-se a falta do apoio governamental, que nem sempre acontece como deveria. As crianças/pessoas com

⁶ PAULA, Jairo de. **Inclusão**. Mais que um desafio escolar, um desafio social. 4. ed. São Paulo: Jairo de Paula, 2013. p. 53.

⁷ GARCIA, Ana Keila Castro; ABREU, Waldir Ferreira. Concepções inclusivas de Paulo Freire na educação de surdos. In: V Congresso Paraense de educação especial, 2018, Marabá. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: <https://cpee.unifesspa.edu.br/images/ANAIS_VCPEE/COMUNICACAO_ORAL/CONCEPESINCLUSIVAS.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2022.

deficiência têm o direito à matrícula nas escolas regulares de ensino⁸. E as instituições escolares, por sua vez, se veem sem preparo, formação e, até mesmo, sem acessibilidade e apoio multidisciplinar.

O segundo desafio é a adaptação, a infraestrutura das instituições. As escolas públicas têm sua infraestrutura nem sempre adequada.⁹

O terceiro desafio é a capacitação dos professores regentes. É necessário que os docentes¹⁰, que acompanham alunos com necessidades especiais, tenham preparo e cursos de capacitação. Há falta de professores de apoio para auxiliar a aprendizagem da criança nessas condições.

Segundo Yasmine Diniz:

A educação inclusiva ainda é um desafio. E desafios só são vencidos por meio de debates. Após a implantação de medidas e práticas inclusivas, é normal que problemas apareçam, afinal, essa é uma prática nova dentro da educação.¹¹

E para vencer alguns desafios da inclusão, é necessário que toda a equipe pedagógica da escola se sensibilize e compartilhe experiências para novas aprendizagens.

O objetivo de interação é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que foi anteriormente excluído. O mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos, estruturando em função dessas necessidades.¹²

A educação inclusiva é um desafio para os docentes que atuam na área de formação e no desenvolvimento das crianças, sejam elas típicas ou atípicas. A escola é um espaço fundamental para ser estimulada a interação das crianças, oportunizando-lhes diferentes experiências. Esses espaços devem promover a aprendizagem, a inclusão social e o desenvolvimento integral dos alunos.

⁸ DINIZ, Yasmine. **Conhecendo os desafios da inclusão escolar no cotidiano da escola regular**. Disponível em: <<https://educacao.imagine.com.br/os-desafios-da-inclusao-escolar-no-cotidiano-da-escola-regular/>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

⁹ Ibidem.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem.

¹² MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. p. 16.

Segundo Matteus Sampaio apud Luna Markman, no Brasil, existem cerca de 45 milhões de pessoas que possuem algum tipo de deficiência¹³. Certamente é uma parcela significativa que necessita de um olhar mais atencioso. Dentro desse contexto, ainda existem crianças que convivem com dois ou mais tipos de deficiência simultaneamente. “As deficiências físicas são alterações completas ou parciais de um ou mais segmentos do corpo humano, que acarretam o comprometimento da mobilidade e da coordenação geral, podendo também afetar a fala em diferentes graus”¹⁴.

Assim, os impedimentos de andar a curto ou a longo prazo a que pessoas estejam acometidas, são considerados deficiência física. Também se considera deficiente a pessoa ou criança que perdeu total ou parte do movimento do seu corpo.

Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), é designado “deficiente” todo aquele que tem um ou mais problemas funcionando ou falta de parte anatômica, embargando com isto dificuldades a vários níveis: de locomoção, percepção, pensamento ou relação social.¹⁵

A APAE é uma instituição filantrópica, de carácter cultural, educacional e assistencial, representada por um papel único na sociedade. Essa instituição atende, atualmente, em todo o Brasil, mais de duzentas e cinquenta mil crianças que possuem alguma deficiência. O Brasil possui cerca de duas mil, cento e setenta e uma APAE’s prestando serviços sociais na área da educação.¹⁶

A APAE proporciona o acesso ao conhecimento, aos direitos construídos, à qualificação para a inclusão no mundo do trabalho, à reabilitação, à promoção de autonomia para pleno exercício da cidadania das pessoas com deficiência intelectual e múltiplas, fornecendo aos alunos independência e autonomia. São oferecidos atendimentos nas áreas de: Estimulação precoce, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos (EJA), inclusão no mundo do trabalho. Os alunos também recebem aulas nas áreas de artes, educação física, projetos de músicas e de leitura, aulas de teatro, informática e psicomotricidade.¹⁷

¹³ MARKMAN, Luna; SAMPAIO, Matteus. **Pessoas com deficiência enfrentam desafios para serem incluídos no mercado de trabalho mesmo com a qualificação**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/08/16/pessoas-com-deficiencia-enfrentam-desafios-de-inclusao-no-mercado-de-trabalho-mesmo-com-qualificacao.ghtml>>. Acesso em: 20 set. 2022.

¹⁴ BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://bvsmms.saude.gov.br/11-10-dia-da-pessoa-com>>. Acesso em: 18 maio. 2022.

¹⁵ SANTOS, Pedro. **A deficiência e os vários tipos existentes, abrigo Moacyr Alves CER III**. Crescendo nos cuidados da pessoa com deficiência. Disponível em: <<https://abrigomoacyralves.org/a-deficiencia-e-os-varios-tipos-existentis/>>. Acesso em: 18 maio 2022.

¹⁶ BALDAN, B. A; GOMES, G. F. M. **A importância das APAE’s na inclusão da pessoa com deficiência intelectual**. Disponível em: <https://cic.unifio.edu.br/anaisCIC/anais2018/pdf/02_07.pdf>. Acesso em: 23 out. 2022.

¹⁷ Ibidem; p. 2.

Essa instituição é de extrema importância para as crianças nela matriculadas, visto que possibilita auxílio no desenvolvimento pessoal e escolar, favorecendo-as na vida prática.

1.1 APRESENTAÇÃO

A Educação Inclusiva visa à garantia dos direitos à educação. Essa questão propõe igualdade de oportunidade e está sempre valorizando as diversidades humanas.

As crianças/ pessoas com deficiência física, com base nas leis, podem ser inclusas em todas as comunidades escolares, a fim de que adquiram conhecimentos básicos e necessários para a vida cotidiana.

A deficiência física pode impactar a forma como a criança se locomove, mas não impossibilita que ela seja incluída na sociedade. Por lei, ela pode ser inserida em todos os ambientes educacionais e sociais. Com esse intuito é que foi criada a APAE, objetivando proporcionar um ambiente adequado às crianças com deficiência.

A finalidade da APAE é promover melhoria na qualidade de vida das crianças/ pessoas com deficiência, favorecendo, também, melhoria na inclusão social. Essa instituição tem um trabalho inclusivo, atende crianças nas suas especificidades, possui equipe multidisciplinar, multifuncional e trabalho pedagógico especializado.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

- I. Quais as políticas públicas educacionais voltadas para a criança com deficiência física?
- II. Como a inclusão é trabalhada na instituição da APAE de São Gotardo-MG?
- III. Como é realizado o processo de inclusão na APAE de São Gotardo-MG?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Descrever como se desenvolve o processo de inclusão das crianças portadoras de deficiência física na instituição APAE.

1.3.2 Objetivos específicos

- I. Analisar as políticas públicas educacionais voltadas para a criança com deficiência física.
- II. Demonstrar a forma com que a inclusão é efetuada na APAE de São Gotardo.
- III. Conhecer a Educação Inclusiva de crianças com deficiência física na APAE de São Gotardo.

1.4 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado com base em fontes de pesquisa bibliográfica, como capítulos de livros, revistas, recursos tecnológicos, livros físicos, artigos e entrevistas com profissionais da instituição APAE de São Gotardo.

Além disso, é abordado o conceito de inclusão dos deficientes físicos, considerando sua forma de inclusão na instituição.

Para o presente trabalho, foi realizada uma pesquisa qualitativa para obtenção de dados para uma possível análise. O método da coleta de dados foi a entrevista presencial para enfatizar o trabalho monográfico.

1.5 ORGANIZAÇÃO TEXTUAL

O presente trabalho de conclusão de curso está dividido em capítulos para melhor compreensão.

O primeiro capítulo apresenta a introdução do tema, a problematização, os objetivos e a metodologia.

O segundo capítulo abrange as questões históricas das leis políticas educacionais que se referem às crianças que são portadoras de necessidades especiais.

O terceiro capítulo discursa sobre o surgimento da instituição APAE na cidade de São Gotardo.

O quarto capítulo expõe a entrevista com o corpo docente da APAE.

O quinto capítulo apresenta as considerações finais do trabalho.

1.6 PROPOSTA PARA NOVOS ESTUDOS

O trabalho aborda a importância da inclusão das crianças com deficiência física no seu desenvolvimento, mas esse tema gera novas propostas de estudo, analisando como é difícil colocar em prática a inclusão, mesmo sendo amparada por leis.

Os avanços tecnológicos podem ajudar, ainda mais, as crianças deficientes, os professores e os pais, oferecendo-lhes suporte maior, conforme os resultados obtidos em pesquisas sobre as questões ligadas à inclusão de crianças com deficiência na APAE.

Na educação, existe a possibilidade de utilização de metodologias tecnológicas para a exposição de determinado conteúdo, oferecendo conversas com os pais da criança que possui necessidades especiais. Além disso, oportunizar momentos de troca de experiência, esclarecer dúvidas de como se deve reagir frente às dificuldades com as crianças ou, até mesmo, como motivar as crianças com atividades positivas.

2 LEIS E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS SOBRE A INCLUSÃO

As leis são criadas e fiscalizadas pelo Congresso Nacional com o intuito de estabelecer regras. São documentos escritos que podem ser editados por uma autoridade, desde que faça parte das normas jurídicas. Todos os cidadãos estão sujeitos a uma série de regras de âmbito familiar, escolar, religioso, cultural e social.

Conforme as políticas públicas, a inclusão deve acontecer e propiciar o engajamento educacional, garantindo às crianças o acesso à escola regular ou especial.

A primeira lei criada para as pessoas com deficiência foi a Lei nº 4.024, de 1961, que versava sobre o atendimento educacional às pessoas com deficiência, também chamadas de excepcionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) fundamentava o atendimento educacional às pessoas com deficiência, chamadas no texto de “excepcionais” (atualmente, este termo está deslocado com os direitos fundamentais das pessoas com deficiência).¹⁸

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) é a lei que define o sistema educacional brasileiro e também faz referência às crianças/ pessoas com deficiência. Essa lei traçou, e continua traçando, os princípios para a educação brasileira, regulamentando a estrutura e funcionamento do sistema educacional.

Os direitos das crianças/ pessoas com deficiência física tiveram evolução significativa até a promulgação da Constituição Federal, de 1988. Nela, todos os cidadãos, incluídos os portadores de deficiência, tiveram os seus direitos assegurados. Foi a partir da Constituição Federal, de 1988, que todos os cidadãos tiveram os seus direitos assegurados.

A Constituição Federal, de 1988, respalda os que propõem os avanços significativos para a educação escolar de pessoas com deficiência quando elege, como fundamentos da república, a cidadania e a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, Incisos II e III) e, como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Art. 3º, Inciso IV). Ela garante, ainda, o direito à igualdade (Art. 5º) e trata, no Artigo 205 e nos seguintes, do direito de todos à educação. Esse direito deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para a cidadania e à qualificação para o trabalho.¹⁹

¹⁸ EDUCAÇÃO Inclusiva: Conheça o histórico da Legislação sobre Inclusão. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

¹⁹ MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. p. 22.

Os Artigos 205 e 206, da Constituição Federal, de 1988, relatam que é de extrema importância o atendimento educacional para crianças com deficiência, bem como dever do Estado garantir esse atendimento.

O artigo 208, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Nos artigos 205 e 206, afirma-se que, respectivamente, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho e a igualdade de condição de acesso e permanência na escola.²⁰

No ano de 1989, entra em vigor a Lei nº 7.853, assegurando o pleno exercício dos direitos das crianças/ pessoas portadoras de deficiências. Em especial, essa Lei especifica normas para a inserção no sistema educacional das escolas especiais, privadas e públicas.

Afirma que o poder público deve se responsabilizar pela matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.²¹

O poder público tem a oportunidade de proporcionar a inclusão, e a população faz com que ela seja realizada, evitando a discriminação de crianças/ pessoas com deficiência.

No ano de 1990, ocorre um avanço significativo, pois há a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, que garante às crianças o acesso à saúde, à educação, à profissionalização e ao trabalho, à cultura e ao lazer. Propõe também:

O atendimento educacional especializado às crianças com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção às famílias com crianças e adolescentes nessa condição.²²

Essa Lei garante atendimento adequado às crianças/ pessoas com deficiência, buscando evitar qualquer tipo de segregação, de exclusão.

²⁰ EDUCAÇÃO Inclusiva: Conheça o histórico da Legislação sobre Inclusão. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

²¹ Ibidem.

²² Ibidem.

Ressalta-se o marco mais importante da inclusão: a Declaração de Salamanca, documento proveniente da Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais, ocorrido na Espanha, em 1994.

Aconteceu em Salamanca, na Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que reuniu delegados de 92 países e 25 organizações internacionais. Essa conferência teve o objetivo de promover a Educação para Todos, analisando as mudanças fundamentais de políticas necessárias para favorecer o enfoque da educação integradora, capacitando as escolas a atenderem a todas as crianças, sobretudo às que têm necessidades educativas especiais.²³

A Declaração de Salamanca é importante, pois formaliza a promessa dos governantes signatários para a elaboração de políticas voltadas à educação de qualidade para crianças/ pessoas com deficiência.

Segundo Darcy Raiça, o referido documento defende:

O direito a uma educação de qualidade e que considere as características e os interesses únicos de cada educando, evitando-se, assim, discriminações e a exclusão escolar. Neste sentido, propõe que as escolas se organizem e se capacitem para atender a todos.²⁴

A partir da Declaração de Salamanca, a inclusão é para que todos aprendam juntos, independentemente das dificuldades ou das limitações que apresentem. As escolas devem reconhecer as diversas necessidades que os alunos demonstram, respeitar o ritmo de aprendizagem e promover a segurança de uma educação de qualidade.

A Declaração de Salamanca ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por que motivo for. Assim, à ideia de “necessidades educacionais especiais” passou a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanente na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que estejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distantes de quaisquer escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerra ou conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que simplesmente estão fora da escola, por qual motivo for.²⁵

²³ GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. Educação: direito de todos os brasileiros. In: Salto para o Futuro: **Educação Especial**: tendências atuais. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999. p. 28.

²⁴ RAIÇA, Darcy. **Vinte anos da Declaração de Salamanca**: Avanços e Desafios. 14 jun. 2014. Disponível em: <<https://revistagiz.sinprosp.org.br/?p=5122#:~:text=O%20documento%20refor%C3%A7a%20o%20direito,capacitem%20para%20atender%20a%20todos>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

²⁵ MENEZES, Ebnezer Takuno de. Verbete Declaração de Salamanca. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 18 maio 2022.

Com a inserção do documento da Declaração de Salamanca, vários países mandaram representantes para discutir o tema. Essa discussão durou vários dias e defendeu o direito de as crianças/ pessoas com deficiência serem incluídas não apenas nas escolas, mas em toda a sociedade. Chegaram ao consenso de que todas as pessoas com deficiência deveriam ser incluídas de forma geral.

A Declaração de Salamanca é um documento firmado pelos governantes dos países, os quais se comprometeram a executar as sugestões propostas em seus respectivos países. O compromisso foi firmado por meio de assinaturas dos representantes — os signatários, firmando o compromisso de seguir as diretrizes constantes nela.

A partir de 1999, entra em vigor o Decreto-lei nº 3.298, que regulamenta a interação da pessoa portadora de deficiência, tendo como importância o acesso à educação.

O decreto regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a política nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção, além de dar outras providências. O objetivo principal é assegurar a plena integração da pessoa com deficiência no “contexto socioeconômico e cultural” do país. Sobre o acesso à educação, o texto afirma que a Educação Especial é uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino e a destaca como complemento do ensino regular.²⁶

Essa Lei garante a integração da criança com deficiência na sociedade, bem como o acesso à educação.

Em 2001, cria-se o Conselho Nacional de Educação (CNE), no intuito de assegurar aos alunos deficientes com laudo matrículas nas escolas regulares. Aos docentes que fazem o atendimento educacional especializado, que se organizassem para atender de acordo com as necessidades de seu aluno.

Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Básica. Entre os principais pontos, afirma que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”.²⁷

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi criado em 2008 para oferecer, nas escolas, o apoio pedagógico para a valorização da inclusão e a diversidade no ambiente escolar. Esse trabalho é realizado, nas escolas regulares,

²⁶ EDUCAÇÃO Inclusiva: Conheça o histórico da Legislação sobre Inclusão. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

²⁷ Ibidem.

por um profissional especializado em Educação Inclusiva, que identifica e colabora para que os recursos pedagógicos sejam realizados com clareza e, ainda, que as instituições escolares disponham acessibilidade a todas as crianças que participem desse atendimento. Esse trabalho pode ser realizado dentro de sala de aula ou em uma sala separada, equipada com recursos multidisciplinares.

Em 2002, surge a exigência que os docentes deveriam ter graduação plena e conhecimentos específicos em educação inclusiva para atender os alunos com necessidades especiais.

A resolução das diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Sobre a educação inclusiva, afirma que a formação deve incluir conhecimentos sobre as crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.²⁸

Segundo o livro Educação Especial: Tendências Pedagógicas, a nova Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394/96, compreende que a educação tem o propósito de desenvolver o educando, garantir a formação comum indispensável para a ação da cidadania e fornecer meios para que possa progredir nos trabalhos posteriores.

Pela primeira vez, surge, em uma LDB, um capítulo (Cap. V) destinado à Educação Especial, cujos detalhamentos são fundamentais: garantia de matrículas para portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 58, § 1º).²⁹

Atualmente, rege a Lei nº 13.146, de 2015, que ampara a criança/ pessoa com necessidades especiais, ainda que os familiares passem por determinadas batalhas para conseguir que seu filho(a) seja aceito pela sociedade.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por essa pessoa com deficiência, visando a sua inclusão e cidadania.³⁰

As instituições filantrópicas, que visam à melhoria das crianças com deficiência no Brasil, são de extrema importância, pois, nessas instituições, há

²⁸ Ibidem.

²⁹ GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. Educação: direito de todos os brasileiros. In: Salto para o Futuro: **Educação Especial**: tendências atuais. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999. p. 30.

³⁰ BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 18 jul. 2022.

profissionais que estudaram e entendem as necessidades de cada criança que faz parte desse trabalho.

A Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) é uma organização, cuja sede está na cidade de São Paulo. Foi criada, no ano de 1950, pelo médico Roberto da Costa Bonfim, especializado em ortopedia. Esse médico realizou estágios na área de ortopedia infantil nos Estados Unidos. Retornando ao Brasil, trouxe vasta experiência e idealizou o estabelecimento de uma organização com a mesma qualidade.³¹

Então, em 1950, ele criou a instituição da AACD. Atualmente temos várias sedes por todo o nosso Brasil: Osasco, Recife, Porto Alegre, Uberlândia e Nova Iguaçu. No ano de 1962, ele passou a fabricar próteses, órteses e demais complementos. Na AACD, são tratadas crianças portadoras de paralisia, lesão na medula, mielomeningoceles, má formação congênita na coluna vertebral, entre outros problemas.³²

Outra instituição que acolhe as crianças com deficiência é a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), fundada em 1954, no Rio de Janeiro. Seu principal objetivo é ser uma organização social, a fim de promover a atenção intelectual e múltipla. Hoje, no Brasil, as APAE's prestam serviços relacionados à saúde, à educação, à assistência social, à proteção, à capacitação e à autogestão. Esta instituição, atualmente, atende cerca de duzentas e cinquenta mil pessoas com algum tipo de deficiência, construindo, assim, uma rede de suportes para as pessoas que possuam alguma necessidade especial.³³

³¹ SANTANA, Ana Lucia. **Associação de assistência à criança deficiente**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/sociedade/associacao-de-assistencia-a-crianca-deficiente/>>. Acesso em: 16 maio. 2022.

³² Ibidem.

³³ A HISTÓRIA das Apaes. Inclua-se: conviver com a diversidade é um privilégio. Disponível em: <<https://www.apaees.org.br/files/meta/b9f4a423-b282-43c3-889a-07d394a6cb3d/49fd7137-a301-4206-b69d-1ee5e2b89d16/276.pdf>>. Acesso em: 16 maio. 2022.

3 SURGIMENTO DA APAE EM SÃO GOTARDO

A Educação Inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar conjuntamente, e de maneira incondicional, nas classes do ensino comum.³⁴ A inclusão se torna benéfica, respeitando a diferença e tendo solidariedade com o aluno portador de necessidades especiais.

As crianças com deficiências sofrem quatro paradigmas para serem inseridas na sociedade, a saber: a exclusão, a segregação, a integração e a inclusão. A exclusão refere-se à separação dos indivíduos, como as pessoas com deficiência são separadas dos outros considerados “normais”. Trata-se de deixar de lado, fingir que não existe.³⁵

A segregação se refere ao distanciamento forçado, ainda que no mesmo espaço físico, como, por exemplo, nas escolas. Os indivíduos são afastados dos colegas ditos “normais”. Também é separar as pessoas em um só lugar.³⁶

A integração refere-se ao processo de educar-ensinar, no mesmo grupo, crianças com e sem necessidades especiais durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola³⁷. As crianças com deficiências tentam se aproximar para serem incluídas em todos os ambientes.

A inclusão ainda é uma realidade que é um sonho para as pessoas com deficiências, que significa aceitar, de fato, as diferenças, valorizar cada pessoa, conviver dentro da sociedade humana, e se refere a adaptações feitas pela sociedade, escolas, famílias pra se adequar às necessidades das pessoas com deficiência.³⁸

As pessoas/ crianças acometidas por alguma deficiência são cidadãos como quaisquer outros e têm os mesmos direitos, independentemente do tipo ou grau de deficiência.

A instituição da APAE, Escolinha Girassol de Educação Especial, tem a missão de garantir o direito e a educação em âmbito escolar, visando à inclusão social.

³⁴ CARVALHO, Rosita Edler. Integração e Inclusão: do que estamos falando? In: Salto para o Futuro: **Educação Especial**: tendências atuais. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999. p. 38.

³⁵ PROJETO entra na roda. **Exclusão, Segregação, Integração e Inclusão**. YouTube, 10 out. 2020 Disponível em: <<https://youtu.be/mqACPStRVjl>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

³⁶ Ibidem.

³⁷ BERNADES, Adriana Oliveira. Da integração à inclusão, novo paradigma. **Revista Educação pública**, v. 10, n. 9, 16 mar. 2010. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/10/9/da-integracao-a-inclusao-novo-paradigma>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

³⁸ Ibidem.

A APAE de São Gotardo foi fundada por uma Assembleia, realizada no dia 30 de agosto de 1981, nesta cidade. É uma sociedade sem finalidade lucrativa. Esta instituição é formada por uma diretoria composta por: um presidente, um secretário, um secretário adjunto, dois relações públicas, um tesoureiro. Foram eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com o mandato de três anos: a primeira presidente Vânia Maria Soares, a primeira diretora Sra. Marlene Luiza de Oliveira. A APAE é registrada na Federação Nacional das APAE's, sob o nº 422/83, possui registro no CNAS, é considerada de Utilidade Pública Federal pelo decreto de 08/06/1988, estadual pela Lei 8553, de 11/05/1984, e Municipal pela Lei 278, de 25/03/1982.³⁹

A APAE conta com quatro modalidades de ensino: a primeira modalidade é a Educação Infantil, que contempla a Creche (crianças de 0 a 3 anos) e a Pré-Escola (crianças com a idade de 4 a 5 anos).⁴⁰

A segunda modalidade refere-se ao Ensino Fundamental, que engloba o Ciclo de Aprendizagem Inicial (crianças de 6 a 8 anos), Ciclo de Aprendizagem Intermediário (crianças de 9 a 14 anos).⁴¹

A terceira modalidade refere-se à Educação de Jovens e Adultos, que conta com o primeiro Segmento do Ensino Fundamental (adolescentes a partir dos 15 anos), o segundo Segmento do Ensino Fundamental (adolescentes de 15 anos que tenham concluído os Anos Iniciais do Ensino Fundamental).⁴²

A última modalidade de ensino, proporcionada pela instituição da APAE de São Gotardo, oferece emprego com fonte de renda através do programa de qualificação do profissional, programa de inserção no trabalho e o programa de autogestão/ autodefesa e família.⁴³

Essa instituição tem o intuito de oferecer e articular ações de defesa dos direitos, orientação, prevenção, apoio à família, prestação de serviço, encaminhamento à melhoria da qualidade de vida da criança com deficiência intelectual ou múltipla e a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Segundo o Projeto Político Pedagógico, a Sra. Vânia Maria Soares, cidadã da cidade de São Gotardo, percebeu a necessidade de criar uma instituição cujos trabalhos educacionais se voltassem para pessoas portadoras de necessidades especiais.

³⁹ ASSOCIAÇÃO de Pais e Amigos dos Excepcionais. **Projeto Político Pedagógico**. São Gotardo: APAE, [2017?]. p. 3.

⁴⁰ Ibidem; p. 04.

⁴¹ Ibidem; p. 04.

⁴² Ibidem; p. 04.

⁴³ Ibidem; p. 04.

Cidadã residente em São Gotardo, Vânia Maria Soares, percebendo a necessidade da criação de uma instituição que realizasse trabalhos educacionais voltados para a pessoa com deficiência, juntamente com alguns pais, toma iniciativa e a coloca em prática em 30 de agosto de 1981. Esta ação foi apoiada pelo prefeito municipal da época, Sr. José Rodrigues Ribeiro. Neste ano, a APAE funcionou apenas a parte burocrática.⁴⁴

A APAE iniciou as suas atividades educacionais no mês de fevereiro de 1982, com quinze alunos matriculados. Para tanto, o prédio fora cedido pela paróquia.⁴⁵

Em 1988, a prefeitura doou um lote para a construção da sede própria e, em 1º de fevereiro de 1997, foi transferida para a Rua João Alves Franco, nº 1385. Uma construção nova, realizada com o apoio do então Presidente Sr. Carlos Anselmo Nascimento e de toda a comunidade de São Gotardo. A nova sede possui 1538 metros quadrados de construção, onde estão salas de aula, salas de atendimento clínico, pátio coberto com palco, cozinha e refeitório, lavanderia, piscina aquecida, e área coberta para equoterapia.⁴⁶

A APAE é uma instituição que está em constante pesquisa para melhorias e está sempre em busca de avanços. Segundo o Projeto Político Pedagógico, no ano de 1996, a instituição conquistou mais um avanço com a Casa Lar.

No ano de 1996, a APAE abraçou mais uma causa, a Casa Lar, programa mantido pelo governo estadual, com o objetivo de apoiar pessoas com deficiência sem vínculo familiar. Atendia a seis internas, desde 1996, vindas da extinta Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM). Em novembro/2011, faleceu uma interna; e, em julho/2012, outra. Atualmente, atende sete internas que são cuidadas por quatro mães sociais e um serviços gerais para cuidar da casa e alimentação.⁴⁷

Atualmente, a equipe de trabalho da APAE conta com profissionais competentes para a execução das atividades propostas. Esta, por sua vez, é formada por: uma diretora, uma supervisora pedagógica, duas secretárias, duas fisioterapeutas, uma psicóloga, uma fonoaudióloga, uma assistente social, professoras, serviçais, monitoras, um motorista (cedido pela prefeitura). A equipe é amplamente qualificada para lidar com as crianças matriculadas na instituição.

A escola se dispõe de espaço físico adequado, com salas de aula, área para educação física, refeitório, sala de diretoria, cozinha, despensa, secretaria, banheiros, sala de espera, e outros atendimentos (fonoaudióloga, fisioterapia, psicologia, terapia ocupacional). A escola se dispõe de equipamentos e mobiliários escolares em número suficiente para todos os alunos e atividades docentes. Estes são adquiridos e trocados de acordo com a necessidade e o orçamento da instituição. Os recursos financeiros são provenientes, a maior parte, de doações.⁴⁸

⁴⁴ Ibidem; p. 04.

⁴⁵ Ibidem; p. 05.

⁴⁶ Ibidem; p. 05.

⁴⁷ Ibidem; p. 05.

⁴⁸ Ibidem; p. 18.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, em seu Artigo 58, estabelece que educação especial é “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”⁴⁹.

A equipe da APAE tem o objetivo de garantir o acesso efetivo da criança com deficiência nos planos de ensino, a fim de proporcionar equidade, integração social e educacional para uma possível adaptação no mundo.

⁴⁹ BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 30 out. 2022.

4 ANÁLISES ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS

Para se alcançar as respostas desse trabalho monográfico, foi realizada uma entrevista com a diretora da APAE, Escolinha Girassol de Educação Especial. Em seguida, houve uma conversa sobre quais eram as professoras que acompanhavam alunos com deficiência física na sala de aula, no ano de 2022. Posteriormente, foram entrevistadas seis professoras das séries de Estimulação, 4º e 5º anos, 1º ano e 2º anos, EJA (Anos Iniciais). As salas da APAE são multisseriadas, havendo a junção de duas turmas em uma só.

Em seguida, foi solicitado que as professoras relatassem o processo de adaptação e inclusão do aluno com deficiência física naquela instituição.

Os nomes das professoras e da diretora da instituição da APAE, de São Gotardo, serão divulgados pelas iniciais para preservar a identidade das mesmas.

O motivo das entrevistas é avaliar o modo como professores realizam o processo de inclusão e de adaptação de material do aluno portador de deficiência física. A pesquisa foi realizada na instituição da APAE para analisar como é realizado o processo de inclusão das crianças com deficiência física, e se as professoras fazem o uso de adaptações separadas para as crianças com deficiência física.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES À ENTREVISTA COM A DIRETORA

1. Qual seu nome? E nome da instituição na qual você é gestora?

P.R.O.F

APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Gotardo.

2. Quantas crianças/adolescentes estão matriculadas na instituição?

Atualmente, em torno de 130 alunos.

3. Quantas crianças são portadoras de deficiência física?

Atualmente, com deficiência física, são 30 alunos. Mas a instituição também atende crianças com laudos de deficiência intelectual. Também temos aquelas que, além de DI, têm outras deficiências associadas, como as motoras (cadeirantes), visuais.

4. Qual a média da idade das crianças que têm deficiência física?

Atinge todas as idades, de 0 a 3 anos até 66 anos.

5. As famílias participam regularmente da vida escolar do filho?

A maioria é participativa, mas ainda há muito o que se conquistar nesse sentido.

6. As professoras realizam adaptações diferenciadas para as crianças com deficiência física? E como são realizadas as adaptações?

É preciso, necessário e fundamental, pois cada um tem suas particularidades, dificuldades e necessidades. E como uma escola de Educação Especial, temos que oferecer condições para se sentirem capazes e se tornarem, cada vez mais, participativos no ambiente em que estão e nos diferentes e múltiplos espaços da sociedade.

- Adaptação nas atividades pedagógicas;
- oferecer as tecnologias aos alunos;
- acessibilidade;
- adaptar equipamentos e utensílios, como mesa, copos, colheres.

7. As crianças com deficiência física têm o uso de mesas apropriadas? Nesse caso, a parte financeira é de responsabilidade da família ou da instituição?

Algumas sim, as que necessitam. Acredito que de ambas as partes, tanto as famílias quanto a instituição poderão ajudar no auxílio para conseguir o material.

8. As crianças da instituição participam de projetos externos e internos na escola? E como isso é realizado?

As APAE's disponibilizam todos os esforços, recursos, experiências para a construção de uma educação que não segregue, que não rotule e que não discrimine, mas que trate as pessoas na sua singularidade, com respeito e dignidade, como prevê a legislação, participando, assim, de todos os serviços, programas e projetos que a instituição oferta, como, por exemplo:

- emprego apropriado;
- serviços de habilitação e reabilitação;

- atendimentos à saúde;
- através de benefícios sócio assistenciais, dentre outros;
- promovendo a participação dos indivíduos na vida comunitária, como locais de recreação e lazer.

9. Qual o critério da direção para a organização das turmas?

A educação é organizada em duas etapas, que são as que ofertamos: de 0 a 3 anos (creche); de 3 a 5 anos (pré-escola); Ensino Fundamental (a partir dos 6 anos). O aluno perfaz um total de nove anos de percurso nessa etapa de alfabetização e de letramento.

EJA –Iniciais e Finais do Ensino Fundamental: são aqueles que não tiveram a oportunidade de estudo na idade prevista. A partir dos quinze anos completos, no intuito de promover a aprendizagem a partir daquilo que eles já sabem, através de suas vivências e conhecimentos já adquiridos.

10. As crianças com deficiência física possuem algum acompanhamento semanal nesta instituição, como psicólogo, psiquiatra, psicopedagogo?

Os alunos com deficiência intelectual ou múltipla têm os acompanhamentos que a instituição oferta. Claro que, de acordo com as necessidades e especificidades de cada um. São oferecidos pela instituição:

- área de assistência, por uma assistente social e psicólogo, que realizam atendimentos domiciliares, grupos psicossociais;
- fisioterapia;
- fonoaudióloga.

11. Você possui a colaboração de algum especialista para adaptar as atividades para as crianças portadoras de deficiência? Se possui ajuda, descreva como é feito esse processo e quantas vezes você possui a colaboração?

Sim, supervisora pedagógica. Ela supervisiona o trabalho junto às professoras, ajudando no planejamento, na adaptação de atividades, na avaliação do ensino, no desenvolvimento como um todo para ver se há algo a ser melhorado e criar novas estratégias. De segunda a quinta-feira.

12. Você teve ou passa por treinamento para trabalhar com as crianças portadoras de deficiência física? Se passa por treinamento, descreva onde é realizado.

Na verdade, minha experiência vem desde que minha filha nasceu. Tem paralisia cerebral devido ao parto muito prematuro, o que ocasionou muitas sequelas. Hoje está com 27 anos, cadeirante, totalmente dependente nas suas atividades de vida diária e prática, porém se comunica muito bem. Meu treinamento é constante e, graças a Deus, aprendo muito com ela, muito mais do que ensino. Apesar das suas limitações, sei o quanto ela é capaz, assim como todos os estudantes da APAE. Por isso acredito muito nos meus alunos.

Minha trajetória na APAE se deu a ela. E, durante esse tempo, pude perceber que, para se trabalhar com pessoas com deficiência, tem realmente que ter o dom e, lógico, cada vez mais, ir se aperfeiçoando e se capacitando para isso.

13. A escola tem a acessibilidade necessária para as crianças portadoras de deficiência física, banheiros adaptados, portas mais largas e mesas apropriadas? E existe investimento familiar?

Temos o básico, mas ainda há muita coisa a ser feita. Estamos caminhando para que isso aconteça. Não existe investimento familiar não. Contamos muito com ajuda de doações da comunidade, empresas, dos sócios contribuintes, projetos, eventos, aluguéis de mesas, e assim vamos adequando aos poucos os espaços.

14. Como é desenvolvido o processo de inclusão para as crianças que são portadoras de deficiência física?

O processo de inclusão, na APAE, acontece de todas as formas. Tentamos sempre incluir as crianças com deficiência física em todos os projetos que desenvolvemos. Fazemos o uso de passeios com eles. As atividades de Educação Física são auxiliadas pelo professor dessa área. Neste sentido, trabalhamos os companheirismos, pois os outros colegas ajudam a empurrar as cadeiras de rodas. Todos gostam muito de ajudar uns aos outros.

Observamos que, na instituição da APAE, o processo de inclusão é um amplo acesso à educação para os alunos matriculados na instituição. Além de oferecer o necessário para as crianças/ pessoas com necessidades especiais, são disponibilizados serviços para a vida cotidiana do aluno e sobrevivência do mesmo.

Os dados oriundos da entrevista com a diretora evidenciam que a escola APAE é uma instituição que oferece aos alunos a prática da vida cotidiana e uma ampla visão aos contribuintes da mesma, pois oferece inclusão e ensino de qualidade a todos os seus alunos.

Nessa instituição, a criança com deficiência física é vista com serenidade, e inserida no processo de inclusão da instituição.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES ÀS ENTREVISTAS COM AS PROFESSORAS DA APAE DE SÃO GOTARDO

O objetivo da entrevista foi captar informações sobre a inclusão das crianças com deficiência física e verificar como acontece a adaptação de materiais, pelos professores regentes das crianças com deficiência física, na APAE de São Gotardo. O resultado revela o processo de inclusão dos alunos e como são realizadas as adaptações dos materiais para as crianças com deficiência física.

1. Você autoriza a gravação desta entrevista para, consecutivamente, eu transcrevê-la no meu Trabalho de Conclusão de Curso?

Todas as professoras da instituição APAE, de São Gotardo, autorizaram a gravação.

2. Qual seu nome? E nome da instituição na qual você leciona?

Foram entrevistadas seis professoras, que lecionam na APAE de São Gotardo. Para preservar a integridade e identidade das mesmas, a identificação nesse trabalho será apenas pela função, seguida de um numeral, como professora 1; professora 2; professora 3; professora 4; professora 5; professora 6.

3. Há quantos anos você leciona na APAE de São Gotardo?

As professoras entrevistadas têm de 8 meses até 17 anos que lecionam na APAE. Professora 1: 8 meses; professora 2: 4 anos; professora 3: 11 anos; professora 4: 17 anos; professora 5: 1 ano na APAE de São Gotardo (em 2021, atuou na APAE de Lagoa Formosa); professora 6: 6 anos.

4. Quantas crianças/ adolescentes você possui na sua sala? E quantos são deficientes físicos?

As salas de aula da APAE, de São Gotardo, têm, em média, dois alunos que apresentam deficiência física. As turmas de Estimulação, 1º e 2º anos, 4º e 5º anos têm de 9 a 11 alunos. Já a turma da EJA Anos Iniciais tem em torno de 11 a 13 alunos no total.

5. As crianças com deficiência física que são da sua sala são frequentes ou faltosas?

As professoras 1, 2, 5 e 6 relataram que as crianças com deficiência física são frequentes. Já as professoras 3 e 4 pontuaram que as crianças com deficiência física das suas salas vão apenas para atendimento. Esses atendimentos acontecem duas vezes por semana. Nos dias de atendimento, elas frequentam as aulas.

6. Qual a sua série? E idade das crianças?

A professora 1 e a professora 2, da Estimulação, relataram que seus alunos têm de 2 anos e meio a 7 anos de idade. A professora 3 contou que os seus alunos do 1º e 2º anos têm entre 9 e 11 anos. A professora 4, do 4º e 5º anos, listou que os seus alunos têm de 13 a 18 anos de idade. As professoras 5 e 6, da EJA Anos Iniciais, citou que os alunos têm entre 20 e 30 anos de idade.

7. Você realiza adaptações nas atividades dentro e fora da sala de aula para o aluno portador de deficiência física? Cite uma.

A professora 1 relatou que faz, sim, adaptações, mas não quis relatar nenhuma delas.

A professora 2 afirma realizar tais adaptações. Uma prática listada por ela foi a brincadeira pique-pega. Para essa prática, uma outra criança da turma empurra a cadeira do aluno cadeirante. Na atividade de balanço, retira-se o aluno da cadeira, coloca-o no balanço, o qual é empurrado pela professora.

A professora 3 faz as adaptações. Ela enumerou que o aluno X, dentro da sala, tem a mesa apropriada para ele e suas atividades são voltadas para jogos, pois esse aluno não consegue pegar no lápis. Com o aluno Y, trabalha-se mais a audição, pois ele não tem movimento com o restante do corpo.

A professora 4 realiza adaptações com o uso de materiais concretos e faz a aplicação do alfabeto móvel.

A professora 5 considerou que faz, sim, as adaptações, as quais são realizadas no momento de explicação das matérias. Um exemplo é colar imagens no quadro, em tamanho maior, para explicar a matéria desejada. Na última semana de setembro, a professora estava explicando sobre o ciclo de vida dos animais. Sua explicação foi simples, porém, à medida que explicava, expunha imagens para que todos compreendessem melhor o conteúdo e atingissem o conhecimento desejado.

A professora 6 também realiza adaptações. Como trabalha com as disciplinas de Geografia e História, faz uso de cores variadas, mapa do Brasil em tamanho maior. Também utiliza folhetos de supermercado para explicar matérias-primas, mostrando aos alunos a diversidade que há no trabalho com textos.

8. Você busca por cursos de capacitação para aprimorar seus conhecimentos e saber mais sobre as crianças com deficiência física? Se a resposta for positiva, qual o último curso de que participou?

As professoras 2, 3, 4, 5 e 6 participaram de um curso sobre neuropsicopedagogia, disponibilizado pela instituição. Além desse, as professoras 2 e 6 relataram que estão sempre participando de *lives* no *Youtube*. A professora 6 está pensando em iniciar uma pós-graduação na área de deficiência física.

9. Como a inclusão é realizada na sua sala de aula?

Todas as seis entrevistadas relataram que a inclusão acontece dentro da sua sala de aula, porém pontuaram formas diferentes.

A professora 1 disse que é feita perante a adaptação da criança às atividades propostas. Já a professora 2 relatou que são de todas as maneiras. As atividades são voltadas para as crianças com deficiência; portanto, objetiva-se incluí-las da melhor maneira possível.

A professora 3 elencou que faz com que os outros alunos a ajudem. Citou o exemplo de jogar bola, em que os alunos ajudam o colega a segurar a bola, visto que a adaptação dele é mais voltada para a ludicidade.

A professora 4 mencionou que, para o aluno X, não há muito a se fazer, pois ele não se mexe. Ele vai à instituição para atendimento. Já o aluno Y participa de todas as atividades propostas. Apesar de ser cadeirante, suas limitações não afetaram seu aprendizado. Esse aluno é apenas um pouco devagar em seu raciocínio.

A professora 5 pontuou que tenta mostrar para eles que, apesar de terem dificuldade para se locomover, são iguais a qualquer outra criança e têm o direito de exercer as atividades do cotidiano como qualquer outro. O processo de inclusão é mostrar-lhes que todos são iguais. A professora 6 disse que utiliza filmes, em parceria com a professora de Artes/Português, para trabalhar a afinidade, companheirismo, principalmente com a turma da EJA II. O uso de filmes visa à interdisciplinaridade.

10. Você pode relatar os avanços dos alunos portadores de deficiência física neste ano letivo?

A professora 1 relatou que o aluno X, sim, se mexe, rola no chão com mais facilidade. O aluno Y não, pois não possui força muscular para se locomover. Já a professora de número 2 afirmou que o aluno X já consegue mexer o braço. Um avanço significativo dele é jogar as almofadas no chão.

As professoras 3 e 4 elencaram que o aluno Y era normal, mas, aos 9 anos de idade, devido a uma doença, ele parou de andar e de falar. Não obstante, esse aluno é bastante ativo, entende tudo o que é dito a ele e o que aconteceu com ele. E só tem 4 meses estudando na APAE.

A professora de número 5 pautou que houve avanço no conhecimento que foi passado para a turma. Na primeira semana de outubro, realizou uma avaliação oral sobre a matéria do ciclo de vida, e a criança com deficiência física conseguiu responder da forma correta.

A professora 6 disse que a criança avançou no sentido da escrita, pois antes ela escrevia dando espaço entre as letras (C O P O). Atualmente ela já escreve as palavras juntas (COPO) e tem interesse em participar das aulas, algo que ela não fazia antes.

11. Os familiares das crianças portadoras de deficiência física são presentes na vida escolar do filho?

As professoras 1, 2, 4 e 5 relataram que as famílias são presentes na vida escolar dos seus filhos. Os familiares que não conseguem ir à escola procuram as professoras pelo *WhatsApp*.

A professora 3 relatou que a criança que vai apenas para atendimento é bastante frequente nesses específicos dias, pois o pai optou que a criança fosse apenas nesses dias.

A professora 6 relatou que queria que os pais da aluna com deficiência física participassem mais. A parceria da família e da escola é de extrema importância para a vida escolar do aluno.

12. As crianças com deficiência física têm os atendimentos necessários semanalmente na instituição, como psicólogos e fisioterapia?

Todas as professoras relataram que seus alunos têm dois atendimentos semanais na instituição com profissionais qualificados. A professora 4 reiterou que o aluno X vai à instituição exclusivamente para esses atendimentos.

13. Você já conhecia a criança portadora de necessidades especiais de anos anteriores?

As professoras 2 e 6 relataram que sim. Elas os conheceram em anos anteriores. As professoras 1 e 5 relataram que não conheciam seus alunos, pois se tratava do primeiro ano de trabalho na APAE de São Gotardo. As professoras 3 e 4 relataram que os seus alunos é que passaram, em 2022, a estudar na APAE de São Gotardo. Por isso não os conheciam antes.

14. A criança com necessidades especiais é atendida em outro local fora da instituição?

As professoras 1, 2 e 3 disseram que seus alunos não têm atendimento fora da escola. A professora 4 citou que o aluno Y faz acompanhamento, de 3 em 3 meses, com um neurologista. As professoras 5 e 6 relataram não ter conhecimento dessa informação.

15. Você tem o hábito de criar práticas diversificadas nas suas aulas? Quais são as práticas realizadas.

Todas as professoras têm o hábito de criar práticas. Todas elas relataram uma prática para seus alunos com deficiência. A professora 1 disse que realiza passeio nas áreas livres da escola e corridas, utilizando a cadeira. A professora de número 2 mencionou a adaptação de tampa de garrafa e de pinturas com tintas. A professora 3 utiliza jogos, brincadeiras, atividades de vida prática, pois o aluno X não é pedagógico. Como já dito, ele não fala, mas entende tudo o que a professora diz a ele, pois a acompanha com o olhar.

Nesse mesmo contexto, a professora 4 relata que não tem necessidade, pois o aluno X não interage. Já o aluno Y, como conversa, interage com os demais alunos. Por isso mesmo, suas atividades são as mesmas dos demais colegas.

A professora 5 disse que tem o hábito de criar cartazes e pedir para a turma customizar, como criar cartazes referentes à semana do excepcional e colar folhas secas em outros.

A professora 6 mencionou que o hábito dela é realizar caminhadas ao ar livre no quarteirão da escola ou no balneário. Agora, no final do ano, como vai trabalhar os pontos turísticos de São Gotardo, quer levar as crianças para lhes apresentar os pontos turísticos da cidade.

Posto isso, reforça-se a necessidade de que as professoras estejam sempre inovando suas práticas pedagógicas para que seus alunos com deficiência física possam aprender. Essas adaptações podem ser nas atividades dentro e fora da sala de aula, proporcionando-lhes a devida autonomia. A instituição promove um papel muito importante, oferecendo aos seus alunos o estímulo de serem quem eles realmente são, dando vez e voz a cada um deles.

A professora 2 desenvolveu trabalhos com a ajuda de seus alunos. O primeiro foi a reprodução da bandeira da cidade de São Gotardo, em comemoração ao aniversário da cidade.



Imagem 1 - Releitura da bandeira de São Gotardo⁵⁰

O segundo trabalho foi uma produção artística em comemoração à primavera. Professora e alunos criaram, com copos, colheres e bandejas de isopor, vasos com flores.



Imagem 2 - Atividade da primavera⁵¹

O uso desses materiais é de grande importância para os alunos, pois eles aprendem muito nessas atividades lúdicas.

⁵⁰ Acervo Pessoal.

⁵¹ Acervo Pessoal.

4.3 CONSIDERAÇÕES REFERENTES ÀS ANÁLISES REALIZADAS

Durante a realização das entrevistas, foi possível constatar que as professoras estão em constante busca por materiais que os seus alunos consigam manipulá-los. Nesse contexto, as adaptações estão presentes no cotidiano escolar dessas professoras.

Percebe-se, porém, que, para o caminho da inclusão continuar a ser percorrido, as crianças portadoras de deficiência física precisam ser reconhecidas, bem tratadas e, acima de tudo, respeitadas como elas são e como os seus direitos são estabelecidos pelas leis.

As crianças com deficiência física necessitam de um olhar atencioso no momento de realização das atividades, pois, muitas vezes, exigem atividades adaptadas e exclusivas para elas. Cada aluno tem o seu método de aprender e de absorver conteúdos. Esse processo não é diferente com os discentes da APAE.

Sendo assim, espera-se que as professoras, as famílias e a gestão da escola caminhem juntas em busca do melhor desenvolvimento para as crianças com deficiência física.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das entrevistas realizadas, foi possível perceber que a Educação Inclusiva é desafiadora para os docentes que atuam com ela, visto que devem estar em constante inovação. A história da Educação Inclusiva está apenas começando.

É possível perceber que as adaptações realizadas pelas docentes é de extrema importância. Nesse processo, o professor é uma peça fundamental na vida do aluno, pois cria projetos de acordo com as limitações e necessidades dos alunos. O docente precisa conhecer bem as necessidades dos seus alunos para, assim, potencializar a socialização, a comunicação e a cognição, auxiliando-os nas atividades motoras e nos cuidados pessoais necessários.

Nessa direção, Fátima Alves relata que:

Este educador tem de estar ciente de que é de extrema importância, para o desenvolvimento humano, as condições para uma formação educativa. Isto é essencial.

Ele tem de ser responsável para garantir ao indivíduo o direito à educação, não se preocupando apenas com a transmissão de conhecimentos, mas também com o afeto, o calor humano, e oferecer uma escola e ensino de qualidade.⁵²

Durante a realização da entrevista com a diretora da APAE, foi possível perceber que sua equipe busca aprimorar os conhecimentos e oferecer ao aluno as atividades com materiais manipulados proficientemente, visto que uma criança pode aprender também com esses materiais.

A APAE tem a missão de promover e articular ações de defesa de direitos, a prevenção, a orientação, a prestação de serviços, o apoio à família, o direcionamento à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e a construção de uma sociedade justa e igualitária. Essa instituição, em São Gotardo, oferece também serviços de fisioterapias e fonoaudiologia gratuitos e de qualidade a alunos que realmente necessitam.

O processo de inclusão para as crianças com deficiência física, na APAE, se desenvolve de acordo as necessidades de cada aluno. O professor realiza as adaptações necessárias, bem como promove atividades ao ar livre, diversificando o processo de ensino e de interação entre os alunos.

⁵² ALVES, Fátima. **Inclusão**: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro: Wak, 2009. p. 59.

As crianças com deficiência física têm as suas particularidades, mas todas elas podem ser incluídas no âmbito educacional e social. Sendo assim, elas têm o direito de viver em uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA das Apaes. Inclua-se: conviver com a diversidade é um privilégio. Disponível em: <<https://www.apaees.org.br/files/meta/b9f4a423-b282-43c3-889a-07d394a6cb3d/49fd7137-a301-4206-b69d-1ee5e2b89d16/276.pdf>>. Acesso em: 16 maio. 2022.

ASSOCIAÇÃO de Pais e Amigos dos Excepcionais. **Projeto Político Pedagógico**. São Gotardo: APAE, [2017?].

BALDAN, B. A; GOMES, G. F. M. **A importância das APAE's na inclusão da pessoa com deficiência intelectual**. Disponível em: <https://cic.unifio.edu.br/anaisCIC/anais2018/pdf/02_07.pdf>. Acesso em: 23 out. 2022.

BERNADES, Adriana Oliveira. Da integração à inclusão, novo paradigma. **Revista Educação pública**, v. 10, n. 9, 16 mar. 2010. Disponível em: <<https://educacao publica.cecierj.edu.br/artigos/10/9/da-integracao-a-inclusao-novo-paradigma>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://bvsm.sau.gov.br/11-10-dia-da-pessoa-com>>. Acesso em: 18 maio. 2022.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 18 jul. 2022.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 30 out. 2022.

CARVALHO, Rosita Edler. Integração e Inclusão: do que estamos falando? In: Salto para o Futuro: **Educação Especial**: tendências atuais. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário Escolar Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2017.

CIRÍACO, Flávia Lima. Inclusão: um direito de todos. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 29, 4 de ago. 2020. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/29/inclusao-um-direito-de-todos>>. Acesso em: 10 out. 2022.

DINIZ, Yasmine. **Conhecendo os desafios da inclusão escolar no cotidiano da escola regular**. Disponível em: <<https://educacao.imagine.com.br/os-desafios-da-inclusao-escolar-no-cotidiano-da-escola-regular/>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

EDUCAÇÃO Inclusiva: Conheça o histórico da Legislação sobre Inclusão. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

GARCIA, Ana Keila Castro; ABREU, Waldir Ferreira. Concepções inclusivas de Paulo Freire na educação de surdos. In: V Congresso Paraense de educação especial, 2018, Marabá. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: <https://cpee.unifesspa.edu.br/images/ANAIS_VCPEE/COMUNICACAO_ORAL/CONCEPESINCLUSIVAS.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2022.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. Educação: direito de todos os brasileiros. In: Salto para o Futuro: **Educação Especial: tendências atuais**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARKMAN, Luna; SAMPAIO, Matteus. **Pessoas com deficiência enfrentam desafios para serem incluídos no mercado de trabalho mesmo com a qualificação**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/08/16/pessoas-com-deficiencia-enfrentam-desafios-de-inclusao-no-mercado-de-trabalho-mesmo-com-qualificacao.ghtml>>. Acesso em: 20 set. 2022.

MENEZES, Ebnezer Takuno de. Verbete Declaração de Salamanca. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 18 maio 2022.

PAULA, Jairo de. **Inclusão**. Mais que um desafio escolar, um desafio social. 4. ed. São Paulo: Jairo de Paula, 2013.

PROJETO entra na roda. **Exclusão, Segregação, Integração e Inclusão**. YouTube, 10 out. 2020 Disponível em: <<https://youtu.be/mqACPStRVjl>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

RAIÇA, Darcy. **Vinte anos da Declaração de Salamanca: Avanços e Desafios**. 14 jun. 2014. Disponível em: <<https://revistagiz.sinprosp.org.br/?p=5122#:~:text=O%20documento%20refor%C3%A7a%20o%20direito,capacitem%20para%20atender%20a%20todos>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

SANTANA, Ana Lucia. **Associação de assistência à criança deficiente**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/sociedade/associacao-de-assistencia-a-crianca-deficiente/>>. Acesso em: 16 maio. 2022.

SANTOS, Pedro. **A deficiência e os vários tipos existentes, abrigo Moacyr Alves CER III**. Crescendo nos cuidados da pessoa com deficiência. Disponível em: <<https://abrigomoacyralves.org/a-deficiencia-e-os-varios-tipos-existentes/>>. Acesso em: 18 maio 2022.

ANEXO A – Atividades desenvolvidas pela professora 2



ANEXO B - Termo de Consentimento para gravação

AUTORIZAÇÃO

Pesquisa realizada para fins de trabalho de conclusão de curso, efetuado pela discente Hellen Cristina Silva, sob orientação da professora Daniela Andrade Nascimento Queiroz, no curso de Pedagogia, da instituição Centro de Ensino Superior de São Gotardo. O trabalho recebe o título de A inclusão de alunos com deficiência física na APAE de São Gotardo, com o objetivo de realizar a conclusão do tema com informações.

Termo de consentimento livre e esclarecido: como participante da entrevista, ao responder as perguntas, afirma estar ciente da gravação da entrevista para meios de redigir, e ao final do trabalho a exclusão da gravação. Não gera valor econômico, ou seja, nada será cobrado do respondente e nem pago ao entrevistado. Afirma também estar ciente de que os dados coletados serão utilizados exclusivamente para a presente pesquisa. A identidade será realizada por meios de nomes fictícios.

Hellen Cristina Silva

Nome da Professora

ANEXO C – Roteiro para a entrevista com a diretora

ENTREVISTA COM A DIRETORA

1. Qual seu nome? E nome da instituição na qual você é gestora?
2. Quantas crianças/adolescentes possui matriculadas na instituição?
3. Quantas crianças são portadoras de deficiência física?
4. Qual a média da idade das crianças que tem deficiência física?
5. As famílias participam regularmente da vida escolar do seu filho?
6. As professoras realizam adaptações diferenciadas para as crianças com deficiência física? E como são realizadas as adaptações?
7. As crianças com deficiência física têm o uso de mesas apropriadas? Neste caso, a parte financeira é de responsabilidade da família ou da instituição?
8. As crianças da instituição participam de projetos externos e internos na escola? E como isto é realizado?
9. Qual o critério da direção para a organização das turmas?
10. As crianças com deficiência física possuem algum acompanhamento semanalmente nesta instituição? Como psicólogo, psiquiatra, psicopedagogo?
11. Você possui a colaboração de algum especialista para adaptar as atividades para as crianças portadoras de deficiência? Se possui ajuda, descreva como é feito esse processo e quantas vezes você possui a colaboração?
12. Você teve ou passa por treinamento para trabalhar com as crianças portadoras de deficiência física? Se passa por treinamento descreva onde é realizado.
13. A escola tem a acessibilidade necessária para as crianças portadoras de deficiência física, banheiros adaptados, portas mais largas e mesas apropriadas, e existe investimento familiar?
14. Como é desenvolvido o processo de inclusão para as crianças que são portadoras de deficiência física?

ANEXO D – Roteiro para entrevista com as professoras

ENTREVISTA COM AS PROFESSORAS

1. Você autoriza a gravação desta entrevista para consecutivamente eu transcrevê-la no meu Trabalho de Conclusão de Curso?
2. Qual seu nome? E nome da instituição na qual você leciona?
3. Quantos anos você leciona na APAE de São Gotardo?
4. Quantas crianças/ adolescentes você possui na sua sala? E quantos são deficientes físicos?
5. As crianças com deficiência física que são da sua sala, são frequentes ou faltosos?
6. Qual a sua série? E idade das crianças?
7. Você realiza adaptações nas atividades dentro e fora da sala de aula para o aluno portador de deficiência física?
8. Você busca por cursos de capacitação para aprimorar seus conhecimentos e saber mais sobre as crianças com deficiência física? Se a resposta for positiva, qual o último curso que participou?
9. Como a inclusão é realizada na sua sala de aula?
10. Você pode relatar os avanços dos alunos portadores de deficiência física neste ano letivo?
11. Os familiares das crianças portadoras de deficiência física são presentes na vida escolar do filho?
12. As crianças com deficiência física têm os atendimentos necessários semanalmente na instituição? Como psicólogos e fisioterapia?
13. Você já conhecia a criança portadora de necessidades especiais de anos anteriores?
14. A criança com necessidades especiais é atendida em outro local fora da Instituição?
15. Você tem o hábito de criar práticas diversificadas nas suas aulas? Quais são as práticas realizadas.